


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0003522-06.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Compra e Venda**
 Requerente: **Dirce Brito Angelotti e outro**
 Requerido: **Pio Luis Fernando Angelotti Junior**

Alex Ricardo dos Santos Tavares

Os autores Dirce Brito Angelotti propuseram a presente ação de alvará, pedindo o levantamento de valores deixados pelo seu filho, Pio Luis Fernando Angelotti Junior.

O processo se iniciou em 2011 e diversas diligências foram realizadas.

Depósito de folhas 43 realizado pelo Banco Bradesco.

Ofício do Banco Itaú de folhas 217, informando que o filho dos autores não era co-titular da referida conta e sim procurador.

Manifestação dos autores de folhas 221/222.

É o relatório. Fundamento e decido.

O procedimento de alvará é de jurisdição voluntária, não havendo conflito de interesses nem réu.

O documento de folhas 10 comprova que os autores são pais do falecido. O documento de folhas 22, emitido pela Previdência Social, comprova que o falecido não tinha dependentes.

O documento de folhas 13 comprova que o falecido tinha conta no banco Bradesco.

O Banco Bradesco efetuou nos autos o depósito do valor que o falecido mantinha na conta (folhas 43 e folhas 45/460).

Logo, o levantamento é medida que se impõe.

No tocante ao Banco Itaú, esse informou que o dinheiro não pertence ao falecido, porque não era co-titular da referida conta e sim procurador.

0003522-06.2011.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Desse modo, o pedido de folhas 221/222 fica indeferido, porque extrapola os limites do procedimento de alvará. Deverão os autores, caso queiram, propor ação de exibição de documento para dirimir eventuais dúvidas.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sem ônus sucumbenciais. Expeça-se guia de levantamento em favor do autores (folhas 43).P.R.I.C. S. C., 06/03/2015

Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**